



INFLUÊNCIA DA BIPARENTALIDADE, MONOPARENTALIDADE E CONDIÇÃO ECONÓMICA NO AMBIENTE FAMILIAR DE CRIANÇAS DOS 3 AOS 6 ANOS DE IDADE

Sara Baptista

a38865@ualg.pt

Rita Santos

a38862@ualg.pt

Ana Susana Almeida

asalmeida@ualg.pt

rociodealmeida@gmail.com

Cátia Martins

csmartins@ualg.pt

csmartins.ualg@gmail.com

Departamento de Psicologia, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve,
Campus de Gambelas, 8005-139, Faro, Portugal

Fecha de recepción: 17 de enero de 2011

Fecha de admisión: 10 de marzo de 2011

RESUMO

A família é o pilar do desenvolvimento da criança, logo, o ambiente familiar tem repercussões desenvolvimentais importantes. Este estudo tem como objectivo verificar a qualidade do contexto familiar, enquanto meio de excelência no desenvolvimento da criança, atendendo a tipologias de estrutura (monoparentalidade/biparentalidade) e à condição económica das famílias tendo uma amostra de quatro famílias. Os resultados obtidos demonstram que as famílias cuja condição económica era desfavorável apresentavam um ambiente familiar de qualidade inferior. Foi também possível verificar que o nível socioeconómico influenciava positivamente a disponibilidade parental. Apesar de não terem sido encontradas mais diferenças significativas este estudo demonstrou que a educação dada às crianças nas diferentes condições económicas e contextos familiares era bastante similar, tendo-se obtido um resultado bastante satisfatório, que demonstrou a evolução da educação que é exercida actualmente, tendo uma conotação bastante positiva e superior á desempenhada antigamente. Com base nos resultados obtidos são discutidas importantes implicações práticas, nomeadamente a realização de acções de sensibilização sobre diferentes temáticas (e.g., técnicas educativas, alternativas à punição, actividades didácticas conjuntas).

Palavras-chave: Monoparentalidade; Biparentalidade; Qualidade do ambiente Familiar; Nível Socioeconómico; Desenvolvimento da criança.



INFLUÊNCIA DA BIPARENTALIDADE, MONOPARENTALIDADE E CONDIÇÃO ECONÓMICA NO AMBIENTE FAMILIAR DE CRIANÇAS DOS 3 AOS 6 ANOS DE IDADE

ABSTRACT

The family is the cornerstone of al development of the child, and his environment family reflects on the development of her. This study aims to investigate the differences in the family environment considering the context of family and economic status, taking a sample of four families. The results show that families whose economic condition was inferior the family environment quality was inferior too and was also possible to estimate that the socioeconomic status influenced positively parental availability. Although no significant differences were found over this study demonstrated that the education given to children in diferrent economic conditions and family contexts was fairly similar, that is nowadays exercised having a very positive connotation and greater than previously performed. Based on the results obtained are discusses important practical implications, particularly with regard to raising awareness about different topics (eg, educational techniques, alternatives to punishment, join educational activities).

Keywords: Single parental; Bi parental; Family Quality of the environment, socioeconomic status; child development.

INTRODUÇÃO

O contexto familiar constitui um microssistema fundamental no processo de desenvolvimento da criança. Segundo a teoria Ecológica de Brofenbrenner (1986), existe uma adaptação progressiva e mútua dos indivíduos e das propriedades do ambiente em que se insere. O contexto social caracteriza-se por uma sucessão de esferas interpenetradas de influências que exercem uma acção combinada e conjunta sobre o desenvolvimento, em que cada uma representa um tipo e uma fonte de influências para a pessoa em desenvolvimento.

A infância assume-se como um período de extrema pertinência para os seres humanos, no qual o organismo está mais sensível às influências do meio, encontrando-se em constante interacção com o(s) contexto(s) que o rodeiam. As interacções que daqui decorrem estão associadas a uma evolução contínua que acontece em diversos planos, nomeadamente, o afectivo; o cognitivo e o motor (Pereira, 2004).

Para que o desenvolvimento da criança seja bem sucedido, o contexto familiar apresenta-se como de extrema pertinência, nomeadamente ao nível dos processos vinculativos que são transmitidos. O desenvolvimento da criança inicia-se, assim, através de vínculos, cuidados e estímulos primeiramente fornecidos pela família. Para que estes detenham qualidade, são necessárias condições estáveis tanto socioeconómicas como psicossociais (Andrade et al., 2005). Desta forma, conclui-se que a família é considerada uma unidade dinâmica de carácter afectivo, social e cognitivo, sendo uma matriz de aprendizagem humana (Volling & Elins, 1998).

Na sociedade actual, atendendo a mudanças históricas, culturais e sociais encontram-se diversas tipologias de famílias. A família biparental caracteriza-se como mais tradicional e estruturada do que a monoparental, visto que é composta por duas pessoas enquanto base sustentadora da criança (Martins & Mello, 2009). Schoppe, Frosch e Mangelsdor (2001) reforçam a importância da qualidade da co-parentalidade no funcionamento da criança. Adicionalmente, existem evidências de que a família biparental influencia o desenvolvimento sócio-emocional e académico das crianças, nomeadamente através do tipo e qualidade do envolvimento partilhado (Appelyard, Egeland, Dulmen, & Sroufe, 2005). Por outro lado, consideram-se as famílias monoparentais que, comparativamente a outros países da Europa, surgem em Portugal mais tardiamente (finais dos anos 80, inícios dos 90). O seu crescente número (Lobo & Wall, 1999) torna cada vez mais o seu estudo pertinente. Este tipo de família poderá resultar de diferentes situações, nomeadamente de um divórcio,



DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS ACTUALES DE LA PSICOLOGÍA EN EL MUNDO DE LA INFANCIA

nascimentos fora do casamento, viuvez precoce, local de trabalho do pai não-residente, entre outros (Dessen & Silva, 2004; Kauffman, 2001). Quando a situação latente decorre de um divórcio, frequentemente é considerada negativa, na medida em que tem associado um período traumático, quer para as crianças, quer para os pais. Dependendo do grau de conflito e processo de mediação, a criança pode revelar alguns distúrbios emocionais, possivelmente envolvendo raiva, ansiedade, depressão, dependência e não submissão (Kauffman, 2001). É igualmente importante salientar que a ausência ou reduzido envolvimento do outro cônjuge pode assumir-se como factor de risco adicional no que diz respeito ao desenvolvimento das crianças. Este factor poderá ter repercussões noutros meios e processos importantes para a criança, como por exemplo, ao nível do seu desempenho académico (Flouri & Buchanan, 2003; Lamb, 1997).

Existem outros factores que devem ser considerados, nomeadamente, a dimensão temporal e de ajustamento evidenciado após a etapa traumática resultante do divórcio. Embora algumas crianças se adaptam rapidamente, sem evidenciarem sintomas negativos (Kauffman, 2001), o impacto do risco também depende da idade da criança, das suas características cognitivas e afectivas, do momento em que o divórcio ocorreu, especificidades do cuidador que possui a custódia, e ainda da situação económica (Zigler & Finn-Stevenson, 1997).

Independentemente do tipo de família, é imprescindível analisar a qualidade do ambiente familiar devido à sua relevância para o bem-estar das crianças (Laranjeira, 2009). As relações familiares em geral e a relação pais-criança, em particular, têm uma grande influência no bem-estar psicológico, físico, social e económico da criança. Muitos dos problemas do foro da saúde mental, social e económico estão ligados a distúrbios no funcionamento da família e na ruptura dos relacionamentos familiares.

Uma das dimensões que influi na caracterização da qualidade do ambiente familiar prende-se com o nível de escolaridade dos pais. Estudos indicam que elevados níveis académicos e elevado grau de envolvimento em actividades académicas dos filhos relacionam-se com menos problemas de comportamentos e com melhor desempenho escolar das crianças (Hill et al., 2004).

Para além das habilitações académicas, outro aspecto importante prende-se como nível socioeconómico das famílias, que é essencialmente determinado pela ocupação profissional dos pais e o seu estilo de vida. Segundo Lynch e Tiedje (1991), famílias de nível socioeconómico baixo possuem características bastante próprias quanto à sua estrutura, processos de comunicação familiar e socialização com os filhos. Os autores salientam ainda que a interacção entre pais e filhos culminam na resolução de problemas e não na sua prevenção.

Relativamente às famílias de nível socioeconómico elevado, que se evidencia enquanto factor protector, são diversas as vantagens apresentadas. Segundo Hoffman (1995), para uma total qualidade do ambiente familiar é necessário um nível socioeconómico e uma qualidade do ambiente favorável, uma vez que se prendem com maiores oportunidades de oferta aos seus filhos, quer no que diz respeito aos materiais de aprendizagem que são proporcionados, quer ao nível da diversidade de experiências que estas crianças vivenciam.

Salienta-se, contudo, que esta diversidade e riqueza de actividades proporcionadas também podem ser independentes do nível socioeconómico dos pais. Destacam-se, por exemplo, algumas actividades que, para além de lúdicas e instrutivas, fomentam a relação pai-filho, entre elas ler com as crianças, contar-lhes histórias da família, dispor em casa livros e outros materiais de leitura. Estas partilhas têm latente materiais do quotidiano, mas também a *disponibilidade parental* para a sua dinamização, e conseqüente envolvimento de, e com, o seu filho.

Deste modo, a qualidade do contexto educativo também se evidencia pelo envolvimento ou disponibilidade parental para as crianças, para além dos recursos proporcionados. Este envolvimento pode ser de natureza directa, ou seja, enquanto interacção directa com a criança, nas brincadeiras,



INFLUÊNCIA DA BIPARENTALIDADE, MONOPARENTALIDADE E CONDIÇÃO ECONÓMICA NO AMBIENTE FAMILIAR DE CRIANÇAS DOS 3 AOS 6 ANOS DE IDADE

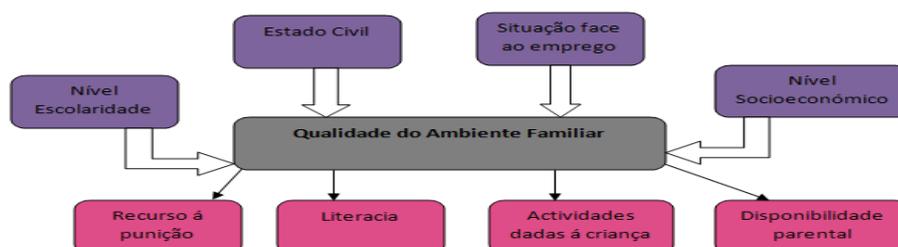
ou no tempo que é dispendido; ou de natureza indirecta, através da responsabilidade que se assume no seu bem-estar (Lamb, Pleck, Charnov, & Levine, 1985). Os pais detêm uma elevada importância visto que ao existir um baixo envolvimento na relação pais-filhos poderá resultar num risco para o desenvolvimento infantil (Ferreira & Maturano, 2002).

No que concerne ao estilo educativo considerado mais eficaz, denominado de autoritativo, caracteriza-se por um direccionamento nas actividades que são proporcionadas às crianças de modo racional, com incentivo ao diálogo, explanando os seus raciocínios à criança, impondo limites sem esquecer os seus direitos e opiniões (Baumrind, 1996). Este estilo revela-se como o que produz melhores efeitos na educação dos filhos, nomeadamente ao nível do desempenho escolar e/ou competência psicológica. Estes pais envolvem-se na educação das suas crianças, cumulativamente respondem às suas necessidades, incentivam-nas, apoiam-nas, sem descurem as regras e os limites (Lamborn, Mounts, Steinberg, Dornbusch, 1991).

Outro aspecto que surge como relevante na avaliação da qualidade dos contextos familiares relaciona-se com o recurso a técnicas de punição, enquanto estratégia educativa. Embora Skinner, na década de 50, referisse ser contra o uso da punição corporal na correcção de comportamentos desadequados, é um procedimento ainda muito frequente ao nível das estratégias educativas em contexto familiar. Apesar de ser uma prática que produz um efeito imediato, pode promover resultados nocivos, entre eles, emoções de raiva, medo e comportamentos de evitação face às pessoas que a usam. Para além da já comprovada inadequação, outro aspecto importante surge no recurso a esta técnica, que se prende com a sua consistência. Segundo Seligman (1975/1977), quando as punições não são causais e acontecem com base no humor dos pais, a criança revela dificuldades em emitir a resposta adequada de modo a evitar as punições.

Em suma, considerando-se os aspectos supra mencionados o objectivo do presente estudo consiste em explorar a qualidade do contexto familiar, enquanto meio de excelência no desenvolvimento da criança, atendendo a tipologias de estrutura (monoparentalidade/biparentalidade) e à condição económica das famílias que o podem caracterizar, numa perspectiva exploratório-descritiva.

Figura 1. Esquema dos resultados esperados



MÉTODO

Participantes

A amostra considerada neste estudo é de conveniência. É constituída por quatro famílias, sendo duas biparentais, uma com condição económica favorável e outra com uma condição financeira menos favorável, e ainda duas famílias monoparentais, apresentando igualmente uma condição económica favorável e outra mais desfavorável. As idades das crianças pertencentes aos contextos familiares variavam entre os 4 e os 5 anos (nas famílias monoparentais as duas crianças apresentavam 5 anos, enquanto nas famílias biparentais, uma tinha 4 e a outra 5 anos).



DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS ACTUALES DE LA PSICOLOGÍA EN EL MUNDO DE LA INFANCIA

Quanto ao agregado familiar e respectivo salário mensal, também as condições apresentadas por cada família oscilavam entre uma situação mais favorável e uma mais desfavorável (tabela 1).

Tabela 1 – Agregado Familiar e salário mensal de cada família

Tipologia Família	Agregado familiar	Salário Mensal
Monoparental Favorável	3 Pessoas	4 Mil euros/ mês
Biparental Favorável	4 Pessoas	3 Mil e 100 euros/ mês
Monoparental Desfavorável	4 Pessoas	700 Euros/ mês
Biparental Desfavorável	3 Pessoas	600 Euros/ mês

Instrumentos

Foi utilizada uma adaptação do Questionário de Rastreo do Ambiente Familiar (Home Screening Questionnaire – HSQ ou QRAF, sigla traduzida em Português). O instrumento original continha uma lista de verificação de brinquedos que não foi utilizada neste estudo.

As questões do QRAF foram seleccionadas da “Home Observation for Measurement of the Environment (HOME) Inventory”, um instrumento que pretende efectuar uma avaliação mais extensa do ambiente familiar. Os itens seleccionados, pelos seus autores, para o QRAF medem as variáveis quantitativas e qualitativas determinantes para a avaliação do ambiente familiar (Coons, Fandal, Frankenburg, Gay, & Ker, 1981). Através da utilização do QRAF pretende-se fazer o despiste de ambientes familiares considerados “suspeitos”, de crianças entre o nascimento e os seis anos de idade. Quando os resultados se apresentam como *suspeitos* devem ser despoletadores de análises posteriores mais aprofundadas. O QRAF foi ainda criado para que seja possível verificar, o mais rapidamente possível, a possibilidade de risco desenvolvimental em crianças devido a influências do seu ambiente familiar (Coons et al., 1981).

Trata-se de um questionário respondidos pelos pais, que demora entre 15 a 20 minutos a ser preenchido. No que se refere à sua estrutura contem respostas de escolha múltipla e questões de preenchimento dos espaços em branco. Este questionário tem duas versões, dependendo da idade das crianças envolvidas, sendo que na presente investigação apenas foi utilizada a versão 3-6 anos. A avaliação das respostas facultadas é realizada com base no Manual de Referência, da qual poderão resultar duas conclusões possíveis: uma pontuação inferior a 27 é considerada um resultado de rastreio SUSPEITO, e se por outro lado a pontuação total for igual ou superior a 28, apresenta-se um resultado de rastreio NÃO SUSPEITO. Este questionário permite avaliar diferentes domínios familiares (i.e., o recurso à punição, actividades proporcionadas à criança, a disponibilidade parental, a literacia disponível, o espaço oferecido à criança e a qualidade global do ambiente familiar).

Foi igualmente utilizado um questionário de dados sócio-demográficos para verificar as condições económicas dos pais, a situação face ao emprego, a tipologia familiar, o agregado familiar, o nível de escolaridade e o tipo de habitação em que vivem. É composto por questões de preenchimento de espaços em branco, perguntas de sim/não e de escolha múltipla.

Procedimento

Após iniciada a etapa de contacto com as famílias e esclarecimento da sua disponibilidade, foram-lhes entregues os questionários, assegurando-se a compreensão dos itens subjacentes e o anonimato e confidencialidade dos resultados.



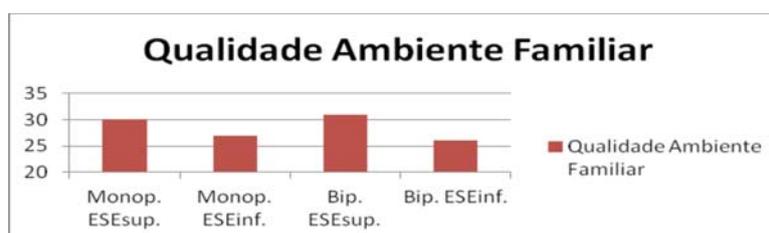
INFLUÊNCIA DA BIPARENTALIDADE, MONOPARENTALIDADE E CONDIÇÃO ECONÓMICA NO AMBIENTE FAMILIAR DE CRIANÇAS DOS 3 AOS 6 ANOS DE IDADE

Após cotação dos instrumentos, procedeu-se à análise dos dados obtidos através do programa *Microsoft Office Excel*.

RESULTADOS

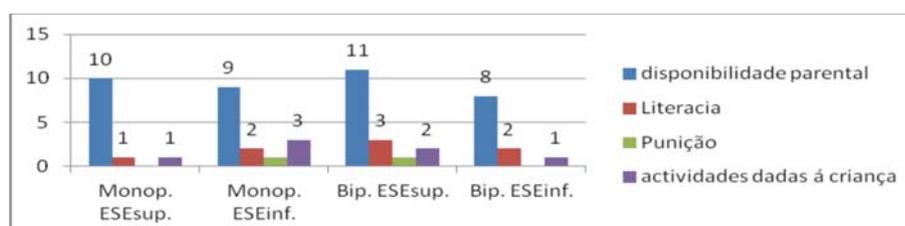
No que concerne à avaliação global do questionário obtida por cada família, os resultados evidenciam que a família biparental com nível socioeconómico superior é a que apresenta valores mais elevados (i.e., 31 pontos) caracterizando-se como Não Suspeita.

Fig. 2 – Resultados do questionário QRAF



Comparando as restantes famílias, denota-se que o estatuto socioeconómico diferencia as pontuações obtidas no QRAF, sendo que a família monoparental com uma condição socioeconómica favorável exhibe um valor superior à referência (i.e., 30 pontos) sendo Não Suspeita. A família monoparental com uma condição económica desfavorável regista um resultado no limite (i.e, 27 pontos), e a família biparental com uma condição económica desfavorável exhibe a pontuação mais baixa obtida (i.e, 26 pontos) revelando-se Suspeita.

Fig. 3- Relação entre a condição económica e a disponibilidade parental, literacia, punição e actividades oferecidas à criança entre famílias monoparentais e biparentais



Quando analisada a disponibilidade parental, as pontuações variam segundo o estatuto socioeconómico (ESE), sendo que, tal como anteriormente, a família biparental com ESE superior mais uma vez revela resultados superiores às demais, em todas as dimensões. É de salientar que a subescala que mais se salienta nesta avaliação é a *disponibilidade parental* relatada pelos pais, que surge com pontuações francamente distintas das demais (e.g., literacia, punição, actividades fornecidas à criança). As famílias com ESE superiores apresentam ao nível do contexto biparental e monoparental, 10 e 9 pontos respectivamente, enquanto que as famílias com ESE inferiores apresentaram 7 e 8 pontos respectivamente. Relativamente à literacia proporcionada às crianças, é possível verificar que as famílias que demonstram oferecer mais literacia aos filhos são as biparentais tanto com uma condição económica favorável (3 pontos) e desfavorável (2 pontos) e ainda a família monoparental com uma condição económica desfavorável (2 pontos). A família biparental, com

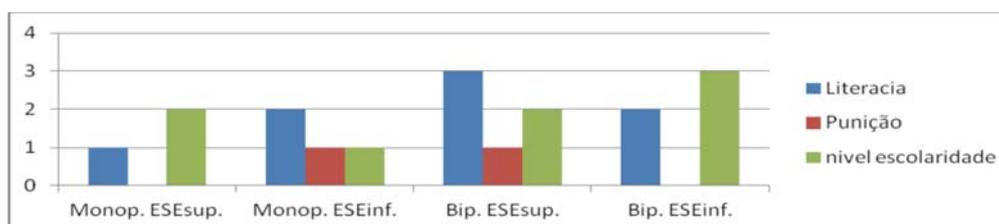


DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS ACTUALES DE LA PSICOLOGÍA EN EL MUNDO DE LA INFANCIA

uma condição económica favorável, apresenta (1 ponto), revelando que a literacia parece ser independente da condição económica.

Por último, ao nível das actividades oferecidas à criança constatou-se que a família que demonstra oferecer mais actividades aos filhos, foi a família monoparental com uma condição económica desfavorável (3 pontos), seguidamente da família biparental com uma condição económica favorável (2 pontos) e por fim com a mesma pontuação (1 ponto) a família biparental com uma condição económica desfavorável e monoparental com uma condição económica favorável. Conclui-se que as actividades que os pais oferecem à criança não parecem relacionar-se com o nível socioeconómico.

Fig. 4 - Relação entre o nível de escolaridade, literacia, punição e actividades oferecidas à criança

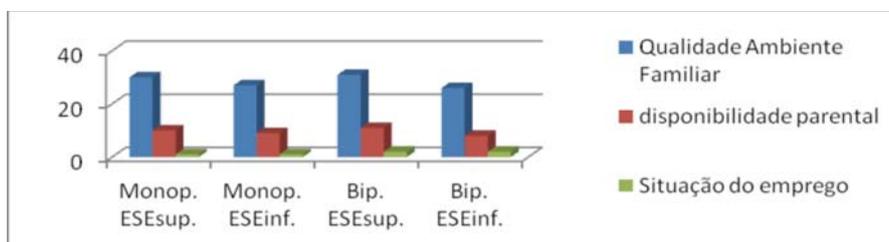


Considerando o nível de escolaridade apresentado pelos pais (i.e., nível 3: ensino superior completo; nível 2: ensino superior incompleto e nível 1: ensino secundário), analisaram-se as possíveis relações com a literacia e a punição.

Relativamente ao nível de escolaridade dos pais e a literacia que proporcionam aos filhos apresentou-se mais elevado (i.e., 3 pontos) na família biparental com o ensino superior incompleto. A família biparental com o ensino superior completo teve um total de 2 pontos. A família monoparental com o ensino secundário apresentou igualmente um total de 2 pontos e a família monoparental com o ensino superior incompleto 1 ponto. Demonstrando que não parece existir relação entre estas duas variáveis.

Considerando o recurso à punição (cuja pontuação corresponde à sua frequência), constata-se as famílias biparental com o ensino superior incompleto e monoparental com o ensino secundário são as que a exibem mais frequentemente. Desta forma, não parece existir um padrão relacional o nível de escolaridade dos pais e a frequência no recurso à punição sobre os filhos.

Figura 5 –Tipologia Familiar, qualidade do ambiente familiar, disponibilidade parental, situação face ao emprego e disponibilidade parental



Ao nível da tipologia familiar e a qualidade do ambiente familiar, verificou-se a ausência de relação. As famílias monoparentais com uma ESE favorável e desfavorável apresentaram (30 pontos e 27) respectivamente enquanto que as famílias biparentais demonstraram (31 e 26 pontos) respectivamente.



INFLUÊNCIA DA BIPARENTALIDADE, MONOPARENTALIDADE E CONDIÇÃO ECONÓMICA NO AMBIENTE FAMILIAR DE CRIANÇAS DOS 3 AOS 6 ANOS DE IDADE

Quanto á disponibilidade parental esta parece acentuar-se na família biparental com uma condição económica favorável (11 pontos) bem como na família monoparental na mesma condição económica (10 pontos). As famílias com uma condição económica desfavorável apesar de apresentarem valores bastante similares são inferiores às acima referidas. A família monoparental (9 pontos) e a família biparental (8 pontos), sendo esta última com o valor mais reduzido das quatro famílias. Desta forma, parece salientar-se a ausência de relação entre a tipologia familiar a disponibilidade parental.

Por último, é possível verificar que as famílias que apresentam uma melhor condição face ao emprego (i.e., estável), apresentam uma disponibilidade parental contraditória, uma vez que uma das famílias apresenta o valor mais elevado (11 pontos) e a outra o mais reduzido (8 pontos). Por outro lado, as famílias com uma condição face ao emprego instável, apresentam os valores 10 e 9 pontos respectivamente. Estes resultados parecem indicar a ausência de um padrão coerente na relação entre a estabilidade/instabilidade face ao emprego e a disponibilidade parental para actividades conjuntas.

DISCUSSÃO

Com base nos resultados obtidos é possível salientar alguns aspectos de interesse considerando as famílias participantes. As quatro famílias exibiam semelhanças no que se refere aos aspectos positivos e apenas divergiam nos negativos, embora as diferenças não fossem muito discrepantes, demonstrando que, no geral, a educação que dão aos filhos não parece ser muito divergente.

Apenas a condição económica parece relacionar-se com a qualidade do ambiente familiar. Desta forma, as crianças que crescem em ambientes com condições económicas mais favoráveis tendem a ter acesso a uma maior qualidade do ambiente familiar e a uma maior disponibilidade parental. Estes resultados corroboram os encontrados no estudo de Costa, Cunha, Martins e Saforcada (2004). No mesmo sentido, Propper e Rigg (2007) indicam que um nível socioeconómico baixo pode ter repercussões ao nível emocional e nas interações mãe-criança, que levam a um maior nível de *stress* ou ainda a probabilidade de depressão.

Relativamente à disponibilidade parental e à sua relação com o nível socioeconómico dos pais, denotou-se, neste estudo, que as famílias com uma disponibilidade parental superior detinham um nível socioeconómico também superior, independentemente da sua tipologia familiar (i.e, monoparental ou biparental). Estes resultados são contraditórios com os de Barham, Cia, e Costa (2007) que indicam que é na tipologia biparental que se verifica uma maior disponibilidade, visto que, nas famílias monoparentais o tempo torna-se mais reduzido devido ao progenitor que cuida das crianças se encontrar sozinho e ter que executar mais funções (e.g., trabalhar, tarefas domésticas, dar atenção aos filhos). No entanto, alguns dos resultados do estudo de Barham, Cia e Costa (2007) vão ao encontro de algumas das conclusões retiradas na presente investigação no que se refere ao nível socioeconómico, em que indicam que famílias de nível socioeconómico mais elevado dispunham de mais tempo para os filhos.

No que se refere às relações entre o nível socioeconómico parental e as actividades proporcionadas à criança, contrariamente ao esperado, salienta-se a ausência desta relação. Estes resultados são contraditórios com os de Zill, Collins, Oeste e Hausken (1995) que realçam a relação existente entre o nível socioeconómico parental e a diversidade de recursos e informações que dispõem, promotores da aprendizagem e desenvolvimento das crianças.

No presente estudo, ao considerar a relação entre o nível socioeconómico parental e a literacia oferecida às crianças não foram encontrados resultados dignos de evidencia devido os valores bastante similares entre as famílias participantes. Esta tendência poderá ser explicada pelo facto de que, segundo Barré-de-Miniac (1995), os pais, independentemente do nível socioeconómico, promovem



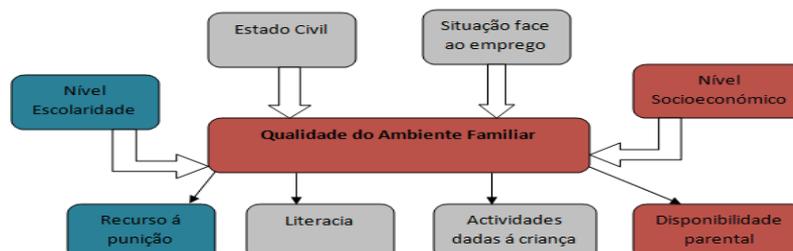
DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS ACTUALES DE LA PSICOLOGÍA EN EL MUNDO DE LA INFANCIA

a literacia nos filhos, alterando apenas os conteúdos (i.e., famílias de nível socioeconómico inferior tendem a centrar as actividades de literacia em aspectos estritamente escolares enquanto que os pais de nível socioeconómico superior favoreciam a literacia a todos os níveis, fornecendo-lhes deste modo uma cultura mais abrangente).

A mesma tendência foi encontrada ao relacionar o nível de escolaridade parental com a literacia proporcionada aos filhos. Esta ausência de relação, contrária, de alguma forma, os resultados do estudo de Zill et al. (1995) afirmam que um nível de escolaridade parental reduzido pode ser nefasto para o desenvolvimento das crianças devido à insuficiência de recursos e/ou do acesso limitado aos recursos disponíveis.

Por fim, não foi encontrado qualquer tipo de relação entre o nível de escolaridade dos pais e o recurso à punição como estratégia educativa, uma vez que todos os pais referem não recorrer à punição ou utilizá-la muito infrequentemente. Esta ausência de relação contrária a posição assumida por Antoni, Ceconello e Koller (2003) de que o recurso à punição pode dever-se, entre muitos outros factores, ao fracasso escolar dos pais e a de Ceballos e Rodrigo (1998) ao afirmar que os pais quando apresentam um nível escolar inferior, empregam estratégias mais baseadas na afirmação do poder, castigos físicos, ameaças e ainda técnicas coercitivas. Talvez esta relação não se tenha verificado no presente estudo devido aos pais terem optado por fornecer respostas essencialmente socialmente desejáveis.

Figura 6 – Relação entre as variáveis utilizadas no estudo



Em suma, tal como é possível verificar na figura 6, os resultados parecem comprovar a relação entre o nível socioeconómico e a disponibilidade parental e qualidade do ambiente familiar.

Do conjunto de resultados obtidos e discutidos emergem algumas implicações práticas entre as quais a importância de levar a cabo acções de sensibilização destinadas às famílias desfavorecidas (i.e., com mais dificuldades económicas), com o intuito de as informar acerca de diferentes aspectos e estratégias educativas promotoras da qualidade do ambiente familiar que não implicam gastos financeiros (e.g., práticas de literacia, recurso a estratégias de gestão de comportamentos alternativas à punição, actividades que devem ser proporcionadas às crianças, algumas das quais a realizar conjuntamente).

Por último, é importante referir as limitações e mais-valias do estudo.

No que se refere às limitações encontradas, pode considerar-se o número reduzido de participantes que impossibilitou a utilização de estatística inferencial. Adicionalmente, o questionário utilizado é baseado nas respostas das famílias e não em observações directas por parte dos investigadores, o que poderá levar a conclusões de difícil confirmação.

Relativamente às mais-valias do estudo, o questionário utilizado facilmente possibilita a sinalização de contextos familiares considerados suspeitos, que podem, eventualmente, comprometer o



INFLUÊNCIA DA BIPARENTALIDADE, MONOPARENTALIDADE E CONDIÇÃO ECONÓMICA NO AMBIENTE FAMILIAR DE CRIANÇAS DOS 3 AOS 6 ANOS DE IDADE

desenvolvimento óptimo da criança. A especificidade etária reflectida nos itens que o compõem assume-se igualmente como uma vantagem.

No que se refere a sugestões para futuras investigações com os mesmos instrumentos, enfatiza-se a necessidade de alargamento da amostra, de utilização de estatística mais sofisticada e de uma análise do ambiente das crianças tendo como base a observação directa dos investigadores e não apenas as respostas fornecidas pelas famílias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Andrade, S.A., Santos, D.N., Bastos, A.C., Pedromônico, M.R.M., Almeida-Filho, N., Barreto, M.L. (2005). Ambiente familiar e desenvolvimento cognitivo infantil: uma abordagem epidemiológica. *Revista de saúde pública*, 39(4), 606-11.
- Antoni, C., Ceconello, A., & Koller, S. (2003). Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo*, 8, 45-54.
- Appleyard, K., Egeland, B., Dulmen, M. H. M. V., & Sroufe, L. A. (2005). When more is not better: The role of cumulative risk in child behavior outcomes. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 46(3), 235-245.
- Barham, E., Cia, F., & Costa, C. (2007). Envolvimento materno e desempenho académico: comparando crianças residindo com a mãe e com ambos os pais. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRPEE)*, 11(2), 339-351.
- Barré-de-Miniac, C. (1995). Gèneses du rapport à l'écriture. Des contextes familiaux et scolaires aux apprentissages formels. *Voies livres*, 71. Lyon: Voies livres.
- Baumrind, D. (1966). Effects of authoritative control on child behavior. *Child Development*, 37, 887-907.
- Bronfenbrenner, U. (1986). Ecological systems theory. In R. Vasta (Org.) *Six theories of child development: Revised Formulations and current issues* (pp. 133-185). London: Jessica Kingsley publishers.
- Ceballos, E., & Rodrigo, M. J. (1998). Las metas y estrategias de socialización entre padres e hijos. In M. J. Rodrigo & J. Palácios (Eds.), *Familia y desarrollo humano* (pp. 225- 243). Madrid: Alianza editorial.
- Costa, J., Cunha, M., Martins, M., & Saforcada, E. (2004). Qualidade do ambiente e factores associados: um estudo em crianças de Pelotas. *Cad. Saúde Pública*, 20(3), 710-718.
- Coons, C., Fandal, A., Frankenburg, W., Gay, E., & Ker, C. (1981). *O questionário de rastreio do ambiente familiar manual de referência*. J.F.K. Child Development Center.
- Dessen, M. A., & Silva, N. L. P. (2004). A família e os programas de intervenção: Tendências atuais. In E. G. Mendes, M. A. Almeida, & L. C. A. Williams (Orgs.), *Avanços recentes em Educação Especial* (pp.179-187). São Carlos: EDUFSCar.
- Ferreira, M. C. T., & Marturano, E. M. (2002). Ambiente familiar e os problemas do comportamento apresentados por crianças com baixo desempenho escolar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(1), 35-44.
- Flouri, E., & Buchanan, A. (2003). The role of father involvement in children's later mental health. *Journal of Adolescence*, 26, 63-78.
- Hill, N. E., Castellino, D. R., Lansford, J. E., Nowlin, P., Dodge, K. A., Bates, J. E., & Pettit, G. S. (2004). Parent academic involvement as related to school behavior, achievement and aspirations: Demographic variations across adolescence. *Child Development*, 75(5), 1491-1509.
- Hoffman, L. (1995). *Psicología del desarrollo hoy*. Madrid: McGraw Hill.
- Kauffman, J. M. (2001). *Characteristics of emotional and behavioral disorders of children and youth*. New Jersey: Merrill Prentice Hall.



DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS ACTUALES DE LA PSICOLOGÍA EN EL MUNDO DE LA INFANCIA

- Lamb, M. E., Pleck, J. H., Charnov, E. L., & Levine, J. A. (1985). Paternal behavior in humans. *American Zoologist*, 25, 883-894.
- Lamborn, S. D., Mounts, N. S., Steinberg, L., & Dornbusch, S. M. (1991). Patterns of competence and adjustment among adolescents from authoritative, authoritarian, indulgent, and neglectful families. *Child Development*, 62, 1049- 1065.
- Laranjeira, D. (2009). *Qualidade do ambiente familiar e desenvolvimento da criança*. Retirado em Janeiro 17, 2011 de <http://projectobebemais.blogs.sapo.pt/12683.html>.
- Lobo, C. & Wall, K. (1999). Famílias monoparentais em Portugal. *Análise Social*, XXXIV(150), 123-145.
- Lynch, I., Tiedje, L. B. (1991). Working with multiproblem families: an intervention model for community health nurses. *Public Health Nurs*, 8(3), 147-153.
- Martins, A., & Mello, F. (2009). Da família monoparental brasileira. *Revista Jurídica Cesumar*, 9(2), 387-408.
- Propper, C., & Rigg, J. (2007) *Socio-Economic Status and Child Behaviour: Evidence from a contemporary UK cohort*. London School of Economics.
- Schoppe, S., Mangelsdorf, S.C., & Frosch, C.A. (2001). Coparenting, family process and family structure: implications for preschoolers' externalizing behavior problems. *Journal of Family Psychology*, 15(3), 526-45.
- Seligman, M. E .P. (1975/1977). *Desamparo: sobre depressão, desenvolvimento e morte*. São Paulo: Hucitec/EDUSP.
- Skinner, B. F. (1976). *Ciência e comportamento humano*. São Paulo: EDART.
- Volling, B. L., & Elins, J. (1998). *Family relationships* and children's emotional adjustment as correlates of maternal and paternal differential treatment: A replication with toddler and preschool siblings. *Child Development*, 69(6), 1640-1656.
- Zigler, E. F., & Finn-Stevenson, M. (1997). *Policy efforts to enhance child and family life: Goals for 2010*. In R. P. Weissberg, T. P. Gullota, R.L. Hampton, B. A. Ryan & G. R. Adams (Orgs.), *Establishing preventive services* (pp. 27-60). Thousand Oaks,CA: Sage.
- Zill, Collins, Oeste, & Hausken (1995). *O nível socioeconómico*. Retirado em Janeiro 17, 2011 de <http://www.ncrel.org/sdrs/areas/issues/students/earlyclde/ea7lk5.htm>.



International Journal of Developmental and Educational Psychology
Desafíos y perspectivas actuales de la psicología en el mundo de la infancia

INFAD, año XXIII
Número 1 (2011 Volumen 1)

© INFAD y sus autores
ISSN 0214-9877